



**ADM**  
CONGRESSO INTERNACIONAL DE  
ADMINISTRAÇÃO



25 a 28  
setembro  
**2024**  
Campus Central UEPG  
Ponta Grossa | PR

Explorando as Interseções das Inteligências  
Artificiais na Sociedade Atual

Realização:



Apoio:



COMTURPG



## TEORIA DA AGÊNCIA E A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL: UM ESTUDO NA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

### *AGENCY THEORY AND THE QUALITY OF ACCOUNTING INFORMATION: A STUDY IN THE METROPOLITAN REGION OF MARINGÁ*

#### ÁREA TEMÁTICA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Roberto Rivelino Martins Ribeiro, Universidade Estadual de Maringá, Brasil ([rivamga@hotmail.com](mailto:rivamga@hotmail.com))

Gustavo Kenji Doi Sakamoto, Universidade Estadual de Maringá, Brasil ([gustavokdsakamoto@gmail.com](mailto:gustavokdsakamoto@gmail.com))

Juliane Andressa Pavão, Universidade Estadual de Maringá, Brasil ([julianepavao@hotmail.com](mailto:julianepavao@hotmail.com))

Iasmini Magnes Turci Borges, Universidade Estadual de Maringá, Brasil ([iasminiborges@gmail.com](mailto:iasminiborges@gmail.com))

Kerla Mattiello, Universidade Estadual de Maringá, Brasil ([m\\_kerla@yahoo.com.br](mailto:m_kerla@yahoo.com.br))

#### Resumo

A Teoria da Agência pode ser aplicada no setor público, pois existe a relação entre o Principal, representado pela sociedade e o Agente, que no caso é a administração pública. A consolidação das contas públicas é uma das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e os entes municipais e estaduais devem enviar as suas informações contábeis e fiscais. Para serem úteis, estas devem ser relevantes e representar fidedignamente os fatos, e para serem melhoradas devem ainda ser comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis. Nesse sentido, o estudo teve como objetivo investigar a qualidade da informação contábil na Região Metropolitana de Maringá no período de 2019 a 2022 sob a perspectiva da Teoria da Agência. Para tanto, a pesquisa foi classificada como descritiva, aplicada, mista, documental e dedutiva. O *ranking* divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) é composto por quatro dimensões da informação, sendo a pontuação atribuída proporcional ao número de acertos obtidos para cada verificação. Os resultados obtidos indicam que Maringá, o mais populoso município, foi o que obteve a maior colocação geral no referido *ranking*. No entanto, o tamanho da população não é um fator relevante para a qualidade dessa informação, uma vez que Sarandi é o segundo município mais populoso do estudo e no *ranking* regional foi apenas o 16º colocado entre os 26 municípios. Presidente Castelo Branco, São Jorge do Ivaí e Iguaçu foram os municípios de menor desempenho no *ranking*. Destaca-se ainda que os municípios analisados obtiveram médias inferiores a cada ano, indo na contramão da média nacional divulgada pela STN, levando à conclusão de que se faz necessário que os municípios analisados aumentem a qualidade das informações divulgadas a fim de reduzir os conflitos de agência.

**Palavras-chave:** Teoria da Agência; Qualidade da Informação Contábil e Fiscal; Região Metropolitana de Maringá.

## **Abstract**

*Agency Theory can be applied in the public sector, as there is a relationship between the Principal, represented by society, and the Agent, which in this case is the public administration. The consolidation of public accounts is one of the requirements of the Fiscal Responsibility Law (LRF), and municipal and state entities must send their accounting and tax information. To be useful, they must be relevant and faithfully represent the facts, and to be improved they must also be comparable, verifiable, timely and understandable. In this sense, the study aimed to investigate the quality of accounting information in the Metropolitan Region of Maringá from 2019 to 2022 from the perspective of Agency Theory. To this end, the research was classified as descriptive, applied, mixed, documentary and deductive. The ranking released by the National Treasury Secretariat (STN) is made up of four dimensions of information, with the score assigned proportional to the number of correct answers obtained for each check. The results obtained indicate that Maringá, the most populous municipality, was the one that obtained the highest overall position in the aforementioned ranking. However, the size of the population is not a relevant factor for the quality of this information, since Sarandi is the second most populous municipality in the study and in the regional ranking it was only 16th among the 26 municipalities. Presidente Castelo Branco, São Jorge do Ivaí and Iguaçu were the lowest performing municipalities in the ranking. It is also noteworthy that the municipalities analyzed obtained lower averages each year, going against the national average published by the STN, leading to the conclusion that it is necessary for the municipalities analyzed to increase the quality of the information disclosed in order to reduce conflicts of interest. agency.*

**Keywords:** *Agency Theory; Quality of Accounting and Tax Information; Maringá Metropolitan Region.*

## **1. INTRODUÇÃO**

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 37, que a administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal deve obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Brasil, 1988). A norma supracitada ainda dita que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, de forma a garantir a rastreabilidade, a comparabilidade e a publicidade dos dados coletados, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público” (Brasil, 1988).

A Lei de Acesso à Informação (LAI), ou ainda, Lei n. 12.527, do ano de 2011, regulamenta o direito de acesso dos cidadãos às informações públicas, aplicáveis aos três poderes da União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Essa lei determina que as entidades públicas devem divulgar um rol mínimo de informações proativamente por meio da internet, definindo mecanismos, prazos e procedimentos para sua entrega. O acesso à informação pública é a regra, sendo o sigilo uma exceção, consolidando assim a democracia e fortalecendo políticas de transparência pública (Brasil, 2011).

Ademais, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) os instrumentos de transparência fiscal compreendem os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, devem ser amplamente divulgados, inclusive em meios eletrônicos de acesso público. Adicionalmente, a norma ainda ressalta que a transparência é assegurada mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, assim como pela liberação em tempo real ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, de informações sobre a execução orçamentária e financeira, e os entes federativos devem disponibilizar seus dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema, conforme estabelecido pelo órgão central de contabilidade da União, ressaltando-se a sua ampla divulgação.

A elaboração e divulgação da informação contábil tem como objetivo fornecer informações para prestação de contas e responsabilização (*accountability*), bem como tomada de decisão. Nesse sentido, as características qualitativas são atributos que tornam a informação útil para os usuários e proporcionam o cumprimento dos objetivos da informação contábil (Secretaria do Tesouro Nacional [STN], 2022). A informação está presente em diferentes campos da atividade

humana: científico, técnico, comercial e organizacional, sendo que neste configura-se como um recurso econômico primordial utilizado na definição de produtos e serviços oferecidos, estabelecimento de objetivos de desempenho e de processos operacionais, assim como monitoramento do desempenho organizacional (Calazans, 2008).

A qualidade da informação contábil está respaldada pelas características qualitativas da informação contábil, contidas na Estrutura Conceitual da Contabilidade (Valente & Fugino, 2012). Tais atributos tornam a informação útil para os usuários, contribuindo para o atingimento dos seus objetivos, que é o de fornecer informações para prestação de contas, responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão, sendo que tais qualidades compreendem a relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade, conforme disposto na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP Estrutura Conceitual (Conselho Federal de Contabilidade [CFC], 2016).

Considerando o exposto, admite-se como relevante a proposição da pesquisa quando se alvitra pesquisar sobre a qualidade das informações divulgadas pelos municípios que integram a Região Metropolitana de Maringá, composta por 26 municípios, de acordo com a Lei Complementar n. 83 (1998). Ao se analisar estas qualidades se vê como oportuno considerar a teoria da agência aplicada ao setor público, já que aborda o conflito entre o principal, no caso a população, e o agente, no caso o governo. A população demanda por informações a fim de se avaliar a gestão do agente e o conceito de *disclosure* voluntário refere-se às informações fornecidas pelo governo à população, cujo nível é variável de acordo com questões sociopolíticas e econômicas (Martins *et al.*, 2016).

Para tanto, se estabeleceu como objetivo deste estudo investigar a qualidade da informação contábil na Região Metropolitana de Maringá no período de 2019 a 2022 sob a perspectiva da Teoria da Agência. A relevância do estudo se deve ao fato de evidenciar os achados no sentido de tornar claro como tal processo tem sido conduzido pelos municípios e tornar público os resultados elucidando à sociedade, o principal interessado, informações sobre a qualidade da gestão pública, nos relatórios publicados pelo agente, o ente público.

O estudo está estruturado em cinco tópicos, sendo que o primeiro se procede à introdução, na qual consta o contexto, objeto, objetivo, justificativa e estruturação; na segunda parte se destaca um referencial teórico sobre o tema da pesquisa, bem como estudos prévios sobre o tema; a terceira parte apresenta os procedimentos metodológicos e a tipificação da pesquisa; com relação à quarta parte se apresenta os dados e sua respectiva análise; por fim, na quinta parte se destaca as análises e considerações finais, assim como as sugestões para estudos futuros.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 Contabilidade pública e qualidade da informação contábil**

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) pode ser definida como “ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público” (CFC, 2008, p. 8). Tem como objetivo fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio público, contribuindo para a tomada de decisão, prestação de contas e instrumentalização do controle social (CFC, 2008).

O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) (2022, p. 25), destaca que “a ciência contábil no Brasil vem passando por significativas transformações rumo à convergência aos padrões internacionais” e faz menção sobre o ganho da qualidade deste processo, sobretudo, quando destaca a qualidade advinda deste novo modelo. Já a Lei n° 4.320 de 1964 estabelece que a mesma “evidenciará perante a Fazenda Pública, a arrecadação de receitas, efetuação de despesas e administração ou guarda de bens a ela pertencentes ou confiados”. No artigo 85 da mesma lei dispõe que “os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o

acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da situação patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais e a análise e interpretação dos resultados econômicos e financeiros”. Em suma, ela evidencia os fatos ligados à administração orçamentária, financeira, patrimonial e industrial, além da existência de um controle contábil (Brasil, 1964).

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central do sistema de contabilidade federal, nos termos da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, e do decreto nº 3.589, de 6 de setembro de 2000, emite normas gerais de direito financeiro e contabilidade pública para atender ao disposto no parágrafo 2º do art. 50 da LRF, que consolida as contas da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, por meio de uma publicação anual do Balanço do Setor Público Nacional (BSPN) (Carvalho, 2010; MCASP, 2022). Nesse sentido, ao publicar o MCASP, a STN orienta que a Contabilidade Pública Brasileira, além de adotar os princípios e padrões internacionais de contabilidade, implemente um sistema de custos no setor público brasileiro e procedimentos e práticas contábeis que permitam reconhecimento, mensuração, avaliação e evidenciação dos elementos que integram o patrimônio público, melhore as informações que integram as demonstrações contábeis e relatórios necessários à consolidação das contas públicas, bem como possibilite a avaliação do impacto das políticas públicas e de gestão (Carvalho, 2010).

Iudícibus (2021) discorre sobre estudos a nível internacional acerca de estruturas conceituais básicas da Contabilidade. Para o autor, são pré-requisitos aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, a importância e cuidados que devem ser tomados em relação à qualidade da informação contábil e a prevalência da essência sobre a forma. A Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro está em sua versão atual, o CPC 00 (R2), e divide as qualidades da informação contábil em características qualitativas fundamentais e características qualitativas de melhoria. Dentre as fundamentais estão a relevância e representação fidedigna, ao passo que as de melhoria são comparabilidade, capacidade de verificação, tempestividade e compreensibilidade, conforme descrito na Tabela 1.

Grupo	Subgrupo	Nota
Características qualitativas fundamentais	Relevância	Informação capaz de fazer a diferença em decisões tomadas pelos usuários.
	Representação fidedigna	Informação completa, neutra e livre de erros.
Características qualitativas de melhoria	Comparabilidade	Discernimento da evolução da entidade na linha do tempo e comparação entre entidades distintas.
	Capacidade de verificação	A informação representa fidedignamente o fenômeno econômico a qual retrata, de modo que diferentes observadores podem chegar a um consenso.
	Tempestividade	As informações devem ser editadas em tempo hábil para que a decisão possa ser tomada pelo usuário.
	Compreensibilidade	A informação deve ser o mais compreensível possível.

Tabela 1 - Características qualitativas da informação contábil

A prevalência da essência sobre a forma também é importante para a qualidade da informação contábil, constituindo um pré-requisito fundamental da aplicação correta do conjunto de conceitos fundamentais que são os postulados, princípios e convenções. Um exemplo é o balanço consolidado, pois embora não tenha personalidade jurídica, tem essência econômica e por isso deve ser considerado pela contabilidade. Ainda, em termos de normas, a essência sobre a forma já não é mais tratada como componente separado da representação fidedigna, pois se as demonstrações contábeis devem representar de forma fidedigna a substância das transações, e conseqüentemente, a situação financeira e patrimonial da entidade (Iudícibus, 2021).

## 2.2 Teoria da agência

A teoria da agência consiste numa abordagem que torna possível a extração de mais resultados da economia da informação que envolve dois indivíduos: agente e principal. Nesse sentido, o agente é o tomador de decisões, aquele que busca as melhores alternativas e executa as atividades atribuídas, já o principal é o avaliador da informação, o proprietário ou administrador da empresa e remunera o agente pela execução de sua tarefa. Ainda, diz-se que a teoria da agência tem um papel chamado pós-decisório, em que o agente informa o principal a respeito dos eventos do período passado, munindo a contabilidade com seu valor preditivo e *feedback* (Hendriksen & Van Breda, 1997).

Diz-se que existe uma assimetria informacional entre o agente e principal, pois enquanto aquele utiliza uma função objetivo que tende a maximizar sua utilidade, esse não consegue ter acesso ao modelo informacional daquele. Para reduzir ou mesmo eliminar essa discrepância, pode-se utilizar os sistemas de incentivos ao agente, levando-o a administrar e empregar os recursos de acordo com o que o principal lhe propõe. O conceito de teoria da agência proporciona o entendimento do modelo decisório dos *stakeholders* da informação contábil, bem como explica quase tudo, numa sociedade moderna e capitalista, por um conjunto de contratos e relações de agenciamento. Assim, a teoria da agência, bem como seu problema mais importante, é relevante na construção da moderna teoria da contabilidade (Iudícibus, 2021).

Os *stakeholders* devem estar envolvidos e compartilhar o mesmo propósito, isto é, o agente realiza o que lhe é proposto, disponibilizar informações claras e em sintonia com as necessidades do principal. Na área pública, faz-se necessário que ocorra a conscientização da sociedade, mudanças culturais e educacionais para o exercício da cidadania e para que exista o controle social, um importante mecanismo que permite à sociedade fiscalizar a relação de agência e agentes públicos. Esse controle visa garantir que os recursos públicos tenham a destinação correta para promover o bem-estar da população (Pinto *et al.*, 2014).

No setor público, o Principal é representado pela Sociedade Civil e seus cidadãos, ao passo que o Agente representa a Burocracia Estatal e seus servidores (Martins; Jeremias & Enciso, 2018). Segundo Gomes e da Silva (2022), as informações são disponibilizadas aos cidadãos para julgar as ações do governo, e sua qualidade e quantidade podem ser melhoradas por meio de inovações institucionais. Os autores ainda acrescentam que a transparência na gestão é uma ferramenta essencial na atenuação dos impactos da assimetria informacional.

## 2.3 Estudos anteriores

Na literatura existem alguns estudos realizados na mesma perceptiva desta proposição, que abordam questões relativas à qualidade da informação contábil e a teoria da agência. Sendo assim, as pesquisas mais próximas são destacadas na seção, com intuito de evidenciar as proposições dos autores e seus achados, para posteriormente, se verificar similaridades nos resultados.

Coelho, Niyama e Rodrigues (2011) analisaram o impacto dos IFRS (*International Financial Reporting Standard*) sobre a qualidade da informação contábil. Para isso, utilizaram como atributos de qualidade: conservadorismo, persistência, transparência, *value relevance* e gerenciamento de resultado, sendo a transparência o atributo mais utilizado nas pesquisas para medir a qualidade da informação.

O estudo de Gomes e da Silva (2022) analisou os fatores explicativos do *Ranking* da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal utilizando dados estatísticos de 3.577 municípios brasileiros. O estudo verificou as seguintes variáveis: Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM); Índice da Efetividade da Gestão Municipal (IEGM); PIB *per capita*; Gênero do gestor líder do executivo municipal; Porte do município e sua Localização. Os resultados demonstraram que as variáveis gênero, porte e localização do município não foram estatisticamente significantes, não podendo realizar inferências sobre as mesmas. Por outro

lado, os autores puderam concluir que um maior índice nos índices IFDM e IEGM influenciaram positivamente a variável dependente Nota do *ranking*, o que significa que os municípios de maior desenvolvimento socioeconômico e visão da gestão pública, respectivamente, apresentaram melhor desempenho na gestão da transparência fiscal. Ademais, quanto à variável PIB *per capita* houve uma relação negativa, o que significa que quanto maior o PIB, menor será a nota do município no *ranking* (Gomes & da Silva, 2022).

Pereira *et al.* (2022) estudaram o *ranking* supracitado tendo como base o Estado de Rondônia. Os autores analisaram a relação entre a qualidade da informação contábil e a quantidade de habitantes e área territorial e chegaram à conclusão de que não há tal correlação, tendo em vista que a Unidade Federativa analisada ocupa a quarta posição no *ranking* interestadual, acima de entes federativos considerados mais desenvolvidos e populosos, bem como entre os municípios do estado, pois o primeiro colocado foi um município de 6.216 habitantes, isto é, um índice melhor que cidades maiores e mais desenvolvidas. Esse fato foi corroborado por Brígido (2023) ao analisar o *ranking* da qualidade da informação contábil na região metropolitana de Natal no período de 2019 a 2021, em que o referido *ranking* não apresenta correlação com a população das cidades nem com o Produto Interno Bruto (PIB) dos mesmos. O autor ainda acrescenta que o nível de educação e saúde também não apresentaram correlação.

A pesquisa de Souza (2023) analisou a correlação entre o *ranking* da qualidade da informação contábil e o radar da transparência pública a nível nacional, com base em 3.037 municípios. Foi constatado que há diferença entre os dois ranqueamentos, indicando que um alto nível obtido por um município em um indicador não necessariamente significa que o outro indicador alcançará o mesmo nível. Isto significa, por exemplo, que o cumprimento dos padrões de qualidade da informação contábil e fiscal não garante necessariamente uma transparência efetiva. Diferentes fatores explicam essa disparidade, entre elas estão a disponibilidade e acessibilidade das informações para os cidadãos, a clareza na apresentação dos dados, a atualização regular das informações e a participação efetiva dos cidadãos na tomada de decisões.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é classificada, quanto aos objetivos, como descritiva, que segundo Prodanov e Freitas (2013), observa, registra, analisa e ordena dados, sem a interferência do pesquisador e assume a forma de levantamento. Ainda, com relação à natureza do problema, classifica-se como aplicada, pois segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 51) “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos”. Com relação à abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa mista, que segundo Creswell (2010), a abordagem mista tem uma concepção pragmática e coleta sequencial de dados quantitativos e qualitativos, sendo que, no primeiro momento se faz a obtenção de diferentes tipos de dados para um melhor entendimento do problema de pesquisa, e depois a compreensão aprofundada dos mesmos.

Em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa é classificada como documental, que de acordo com Gil (2008, p. 51) “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Já o método de abordagem, este será dedutivo, que de acordo com o entendimento clássico, parte da análise do geral para o particular, chegando a uma conclusão, com o objetivo de explicar o conteúdo das premissas (Prodanov & Freitas, 2013).

A coleta de dados se procedeu a partir de dados e documentos disponibilizados no endereço eletrônico do Tesouro Transparente, logo se caracteriza como documental, a qual Marconi e Lakatos (2003, p. 174), destacam que a principal característica é “que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não”. O método de análise de dados consiste na análise descritiva, que de acordo com Reis e Reis (2002, p. 5) utiliza-se de técnicas da Estatística Descritiva para “organizar, resumir e descrever aspectos importantes de um conjunto de

características observadas ou comparar tais características entre dois ou mais conjuntos”. Os autores ainda acrescentam que a descrição dos dados proporciona clareza na interpretação e objetiva identificar anomalias, até mesmo decorrente de registro incorreto de valores e dados dispersos, estes definidos como os que não seguem a tendência geral do restante do conjunto.

O objeto de estudo trata-se da Região Metropolitana de Maringá que é composta por 26 municípios, abordando o período de 2019 a 2022, no qual se aprecia a qualidade de seus relatórios à luz do objetivo do estudo. Os dados advêm do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), sendo uma iniciativa do Tesouro Nacional, que a partir das informações alimentadas no sistema pelos municípios, se constrói Indicadores da Qualidade Contábil e Fiscal (ICF) e se divulga o ranqueamento anual dos municípios e a qualidade de seus relatórios.

O *ranking* da qualidade da informação contábil e fiscal no Siconfi é uma publicação do Tesouro Nacional que tem como objetivo avaliar a qualidade da informação e a consistência dos relatórios e demonstrativos fiscais e contábeis enviados pelos entes da federação ao sistema supracitado. Esses dados compreendem a Declaração de Contas Anuais (DCA), o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Matriz de Saldos Contábeis (MSC), e com base nessas informações o Tesouro Nacional realiza verificações que consistem em análises técnicas que demonstram aspectos quanto ao cumprimento de: legislação, instruções e guias de preenchimento do Siconfi, regras estabelecidas no MCASP e no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), e com isso pontua-se a qualidade da informação de cada ente e estabelece-se o seu ranqueamento. Ressalta-se que a metodologia desse ranqueamento é simplificada, com a classificação dos entes no *ranking* variando de acordo com o percentual de acertos nessas verificações (STN, 2023).

O posicionamento dos municípios pode ser observado por vários recortes, seja a nível nacional, estadual ou microrregional, além disso é apresentado o Indicador da Qualidade Contábil e Fiscal no Siconfi (ICF), que consiste em uma atribuição de notas de acordo com o desempenho dos entes conforme seu desempenho percentual. Compreende-se cinco níveis que vão da letra A até a letra E (STN, 2023). A Tabela 2 ilustra essa classificação e a sua descrição.

Conceito	Descrição
Aicf	Desempenho superior ou igual a 95% das informações avaliadas como corretas.
Bicf	Desempenho superior ou igual a 85% e inferior a 95% do total.
Cicf	Desempenho superior ou igual a 75% e inferior a 85% do total.
Dicf	Desempenho superior ou igual a 65% e inferior a 75% do total.
Eicf	Desempenho inferior a 65% do total.

Tabela 2 - Descrição dos conceitos atribuídos na classificação do *ranking*

O *ranking* da qualidade da informação é dividido em quatro dimensões de avaliação, que reúnem um conjunto de verificações que apresentam o mesmo objetivo ou relacionadas às mesmas informações, como observada na Tabela 3.

Dimensões da informação	
Dimensão I - Gestão da Informação	Reúne as verificações que analisam o comportamento do ente federativo no envio e manutenção das informações no Siconfi.
Dimensão II - Informações Contábeis	Compreende as verificações que avaliam os dados contábeis recebidos em relação à adequação às regras do MCASP.
Dimensão III - Informações Fiscais	Agrupam as verificações pertinentes à análise dos dados fiscais contidos nas declarações.
Dimensão IV - Informações Contábeis x Informações Fiscais	Efetua o cruzamento entre os dados contábeis e fiscais avaliando a igualdade de valores entre demonstrativos diferentes.

Tabela 3 - Dimensões da informação do *ranking* do Siconfi

Com base nas quatro dimensões mencionadas na Tabela 3 foram analisados os 26 municípios da região metropolitana de Maringá, conforme segue.

#### 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

O endereço eletrônico do *Ranking* da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (STN, 2023) estabelece que o *ranking* divulgado passa por uma evolução ao longo dos anos analisados, isto é, desde a sua primeira publicação, em 2019, ampliou-se o escopo de verificações, o que aprimora a qualidade do registro fiscal, contábil e orçamentário. Em 2019 foram feitas 72 verificações e o desempenho geral de todos os entes da Federação foi de 69,68%; em 2020, 104 verificações e 73,54%; em 2021, 108 verificações e 77,85%; em 2022, 141 verificações e 76,72%. O STN ressalta que o desempenho dos entes, de forma geral, melhorou nos anos seguintes, mesmo que no último ano estudado o resultado foi inferior ao ano anterior, tendo em vista que houve um aumento no número e na exigência das verificações.

Nesse sentido, o estudo destacou a análise do *ranking* referente a cada dimensão da informação para os municípios da Região Metropolitana de Maringá, no formato de tabelas, uma para cada dimensão, bem como uma análise geral dos municípios analisados.

A dimensão I refere-se a gestão da informação que se refere à gestão. Para essa dimensão são analisadas todas as declarações e matrizes de saldos contábeis enviadas pelos municípios, como envio de todas as declarações, envios no prazo, quantidade de retificações, estrutura das matrizes de saldos contábeis entre outras. A dimensão I é composta de 33 indicadores que são encontrados no site [ranking-municipios.tesouro.gov.br/metodologia](http://ranking-municipios.tesouro.gov.br/metodologia) (STN, 2023). A Tabela 4 apresenta os resultados referentes à dimensão I.

Classificação	Município	2019	2020	2021	2022	Média
1	Maringá	90,00%	95,35%	94,06%	89,81%	92,31%
2	Cambira	87,50%	81,18%	90,26%	87,20%	86,54%
3	Mandaguari	80,00%	88,24%	92,06%	85,35%	86,41%
4	Itambé	90,00%	81,82%	83,49%	89,53%	86,21%
5	Nova Esperança	88,33%	81,47%	87,78%	85,64%	85,81%
6	Astorga	79,17%	83,12%	89,90%	85,74%	84,48%
7	Doutor Camargo	73,33%	89,18%	82,44%	86,53%	82,87%
8	Ivatuba	76,67%	81,82%	84,30%	87,35%	82,54%
9	Paiçandu	75,00%	84,59%	80,73%	81,43%	80,44%
10	Flórida	83,33%	82,35%	68,89%	86,21%	80,20%
11	Floraí	71,67%	82,65%	84,61%	79,32%	79,56%
12	Lobato	90,00%	83,88%	86,20%	53,38%	78,37%
13	Jandaia do Sul	84,17%	67,18%	73,25%	86,92%	77,88%
14	Ourizona	71,67%	83,24%	76,82%	75,88%	76,90%
15	Floresta	79,17%	81,18%	85,71%	60,11%	76,54%
16	Mandaguaçu	73,33%	90,18%	65,47%	75,91%	76,22%
17	Ângulo	66,67%	74,29%	70,00%	85,96%	74,23%
18	Atalaia	75,00%	75,76%	72,16%	70,58%	73,38%
19	São Jorge do Ivaí	71,67%	77,24%	65,08%	79,17%	73,29%
20	Sarandi	63,33%	72,94%	76,69%	77,07%	72,51%
21	Marialva	79,17%	53,82%	72,33%	78,70%	71,01%
22	Bom Sucesso	65,00%	67,47%	69,28%	77,80%	69,89%
23	Munhoz de Melo	66,67%	73,82%	61,54%	61,29%	65,83%
24	Santa Fé	75,00%	73,12%	72,21%	35,43%	63,94%
25	Presidente Castelo Branco	75,00%	68,12%	63,25%	30,00%	59,09%
26	Iguaraçu	8,33%	13,71%	46,67%	80,17%	37,22%
	Média	74,58%	76,45%	76,74%	75,86%	75,91%

Tabela 4 - Dimensão I - Gestão da Informação

O destaque positivo fica para o município de Maringá, que obteve os maiores resultados nos anos divulgados pelo *ranking*, sendo o único que obteve uma média superior a 90%. A menor média foi obtida pelo município de Iguaraçu, principalmente devido aos dois primeiros anos



(2019 e 2020) em que seu índice foi baixo, mas houve um aumento expressivo no último ano (2022) na divulgação da gestão da informação municipal, o que representa um ponto positivo.

Os municípios de Ivatuba, Sarandí, Bom Sucesso e Iguaraçu apresentaram aumento consecutivo em seus desempenhos nos quatro anos analisados. Ao contrário, os municípios de Santa Fé e Presidente Castelo Branco que apresentaram diminuições respectivas no desempenho durante o período analisado.

A dimensão II refere-se a indicadores como informação da variação patrimonial aumentativa/diminutiva do FUNDEB, informação das despesas orçamentárias com encargos patronais, com pessoal, de custeio, entre outras, sendo composta por 74 indicadores. A Tabela 5 destaca os resultados acerca da dimensão II, sobre informações contábeis.

Classificação	Município	2019	2020	2021	2022	Média
1	Doutor Camargo	87,50%	91,67%	88,89%	87,27%	88,83%
2	Astorga	87,50%	88,89%	88,89%	87,27%	88,14%
3	Maringá	87,50%	88,89%	83,33%	92,73%	88,11%
4	Cambira	87,50%	88,89%	88,89%	85,45%	87,68%
5	Mandaguari	87,50%	88,89%	88,89%	85,45%	87,68%
6	Atalaia	87,50%	88,89%	91,67%	76,36%	86,11%
7	Nova Esperança	87,50%	86,11%	91,67%	78,18%	85,87%
8	Ivatuba	79,17%	80,56%	91,67%	89,09%	85,12%
9	Floraí	79,17%	91,67%	86,11%	78,18%	83,78%
10	Sarandí	87,50%	88,89%	83,33%	74,55%	83,57%
11	Itambé	79,17%	86,11%	83,33%	85,45%	83,52%
12	Ourizona	91,67%	88,89%	80,56%	72,73%	83,46%
13	Ângulo	87,50%	88,89%	69,44%	87,27%	83,28%
14	Paçandu	87,50%	72,22%	75,00%	90,91%	81,41%
15	Bom Sucesso	91,67%	77,78%	83,33%	49,09%	75,47%
16	Floresta	91,67%	91,67%	88,89%	0,00%	68,06%
17	Flórida	91,67%	86,11%	0,00%	89,09%	66,72%
18	Munhoz de Melo	87,50%	83,33%	77,78%	10,91%	64,88%
19	Marialva	91,67%	2,78%	77,78%	87,27%	64,88%
20	Lobato	87,50%	66,67%	83,33%	0,00%	59,38%
21	Santa Fé	87,50%	72,22%	75,00%	0,00%	58,68%
22	Jandaia do Sul	83,33%	2,78%	88,89%	50,91%	56,48%
23	Mandaguaçu	87,50%	83,33%	0,00%	54,55%	56,35%
24	Presidente Castelo Branco	87,50%	72,22%	0,00%	52,73%	53,11%
25	Iguaraçu	0,00%	2,78%	66,67%	74,55%	36,00%
26	São Jorge do Ivaí	0,00%	72,22%	0,00%	70,91%	35,78%
	Média	80,45%	74,36%	70,51%	65,80%	72,78%

Tabela 5 - Dimensão II - Informações Contábeis

A maior média para essa dimensão foi obtida pelo município de Doutor Camargo, tendo como destaques positivos também os municípios de Astorga, Maringá, Cambira e Mandaguari, com os índices se mantendo estáveis nos quatro anos divulgados. Por outro lado, os municípios de Iguaraçu e São Jorge do Ivaí foram os destaques negativos, com índices abaixo de 50%, o que indica que se tem muito o que melhorar em se tratando da divulgação das informações contábeis municipais.

O município de Iguaraçu se destaca por obter um crescimento em seu desempenho na dimensão II, uma vez que apresenta desempenho de 0,0% em 2019 e cresce no decorrer dos anos para 74,55% em 2022. Já os municípios de Ourizona e Munhoz de Melo se destacam negativamente, uma vez que apresentam diminuições consecutivas em seus desempenhos não evidenciando suas informações que atendem a dimensão II.

Interessante mencionar que na dimensão II foram obtidos desempenhos de 0,0% em alguns municípios como: Floresta em 2022, Flórida em 2021, Santa Fé em 2022, Mandaguaçu em

2021, Presidente Castelo Branco em 2021, Iguaraçu em 2019 e São Jorge do Ivaí em 2019 e 2021.

A dimensão III analisa as informações apresentadas pelos Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), e é composto de 16 indicadores, sendo alguns deles: avalia a correta informação do déficit ou superávit orçamentário, igualdade da Dívida Consolidada Líquida (DCL) entre o Anexo 06 do RREO e o Anexo 02 do RGF do poder executivo, igualdade da Receita Corrente Líquida (RCL) no Anexo 01 do RGF de todos os poderes/órgãos, entre outros (STN, 2023). A Tabela 6 apresenta os resultados obtidos a respeito da dimensão III, sobre informações fiscais para os municípios da região metropolitana de Maringá entre os anos de 2019 e 2022.

Classificação	Município	2019	2020	2021	2022	Média
1	Maringá	66,67%	86,67%	93,33%	86,67%	83,34%
2	Floraí	75,00%	80,00%	86,67%	86,67%	82,09%
3	Ivatuba	75,00%	80,00%	80,00%	93,33%	82,08%
4	Presidente Castelo Branco	66,67%	86,67%	86,67%	80,00%	80,00%
5	Mandaguari	83,33%	86,67%	73,33%	73,33%	79,17%
6	Flórida	75,00%	80,00%	80,00%	80,00%	78,75%
7	Nova Esperança	75,00%	66,67%	93,33%	80,00%	78,75%
8	Ângulo	66,67%	93,33%	53,33%	100,00%	78,33%
9	Astorga	58,33%	73,33%	73,33%	86,67%	72,92%
10	Jandaia do Sul	75,00%	73,33%	86,67%	53,33%	72,08%
11	Doutor Camargo	66,67%	53,33%	60,00%	100,00%	70,00%
12	Munhoz de Melo	83,33%	53,33%	73,33%	66,67%	69,17%
13	São Jorge do Ivaí	58,33%	73,33%	73,33%	66,67%	67,92%
14	Cambira	83,33%	73,33%	40,00%	73,33%	67,50%
15	Itambé	75,00%	66,67%	60,00%	66,67%	67,09%
16	Lobato	58,33%	60,00%	86,67%	53,33%	64,58%
17	Ourizona	50,00%	80,00%	66,67%	60,00%	64,17%
18	Paçandu	50,00%	53,33%	86,67%	66,67%	64,17%
19	Bom Sucesso	75,00%	46,67%	46,67%	86,67%	63,75%
20	Santa Fé	50,00%	66,67%	66,67%	46,67%	57,50%
21	Floresta	66,67%	93,33%	66,67%	0,00%	56,67%
22	Marialva	58,33%	0,00%	86,67%	66,67%	52,92%
23	Sarandi	25,00%	33,33%	80,00%	73,33%	52,92%
24	Mandaguaçu	33,33%	60,00%	60,00%	53,33%	51,67%
25	Atalaia	83,33%	80,00%	20,00%	0,00%	45,83%
26	Iguaraçu	0,00%	0,00%	60,00%	86,67%	36,67%
	<b>Média</b>	62,82%	65,38%	70,77%	68,72%	66,92%

Tabela 6 - Dimensão III - Informações Fiscais

Para essa dimensão, destacam-se positivamente os municípios de Maringá, Floraí, Ivatuba e Presidente Castelo Branco, com uma média igual ou superior a 80% dos critérios referentes às informações fiscais. Já os destaques negativos ficam por conta dos municípios de Atalaia e Iguaraçu, com média inferior a 50% referente aos critérios estabelecidos para informações fiscais.

Analisando a questão temporal, os municípios Floraí, Ivatuba, Flórida, Astorga e Iguaraçu apresentam aumentos em seus desempenhos, ressaltando que Iguaraçu, o último município do *ranking* da dimensão III, saiu de 0,0% em 2019 e 2020 para 86,67% em 2022. Por outro lado, o município de Atalaia apresentou em 2019 o desempenho de 83,33% sendo que obteve quedas nos anos seguintes resultando em 0,0% de desempenho nesta dimensão.

A Tabela 7 apresenta os resultados obtidos sobre a dimensão IV, que correlaciona as informações contábeis e fiscais para os municípios analisados. Essa dimensão é composta por 36 indicadores, entre eles a igualdade da Receita Corrente Líquida (RCL) no Anexo 01 do RGF de todos os poderes/órgãos, a igualdade da execução da despesa entre o Anexo I-D da DCA e

o Anexo 01 do RREO 6ºB, avalia se o valor de caixa e equivalente de caixas do Anexo 02 do RGF é menor ou igual ao saldo de caixa e equivalentes do Anexo 01 da MSC de encerramento, entre outros.

<b>Classificação</b>	<b>Município</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>Média</b>
1	Ivatuba	58,33%	73,68%	89,47%	92,86%	78,59%
2	Flórida	91,67%	94,74%	26,32%	92,86%	76,40%
3	Nova Esperança	50,00%	78,95%	94,74%	64,29%	72,00%
4	Doutor Camargo	66,67%	78,95%	63,16%	71,43%	70,05%
5	Maringá	41,67%	84,21%	73,68%	75,00%	68,64%
6	Itambé	58,33%	78,95%	52,63%	75,00%	66,23%
7	Astorga	41,67%	63,16%	73,68%	78,57%	64,27%
8	Cambira	58,33%	63,16%	36,84%	92,86%	62,80%
9	Mandaguari	50,00%	73,68%	47,37%	60,71%	57,94%
10	Ângulo	58,33%	63,16%	31,58%	75,00%	57,02%
11	Floresta	75,00%	78,95%	73,68%	0,00%	56,91%
12	Jandaia do Sul	100,00%	15,79%	47,37%	57,14%	55,08%
13	Paçandu	41,67%	57,89%	47,37%	71,43%	54,59%
14	Munhoz de Melo	75,00%	47,37%	26,32%	42,86%	47,89%
15	Ourizona	50,00%	52,63%	63,16%	25,00%	47,70%
16	Floraí	58,33%	36,84%	52,63%	32,14%	44,99%
17	Atalaia	91,67%	68,42%	0,00%	0,00%	40,02%
18	Santa Fé	58,33%	47,37%	52,63%	0,00%	39,58%
19	Lobato	41,67%	10,53%	68,42%	14,29%	33,73%
20	Bom Sucesso	41,67%	26,32%	31,58%	32,14%	32,93%
21	Mandaguaçu	50,00%	52,63%	5,26%	17,86%	31,44%
22	Sarandi	25,00%	5,26%	52,63%	39,29%	30,55%
23	Marialva	25,00%	0,00%	63,16%	32,14%	30,08%
24	Iguaraçu	0,00%	0,00%	52,63%	57,14%	27,44%
25	São Jorge do Ivaí	0,00%	47,37%	5,26%	53,57%	26,55%
26	Presidente Castelo Branco	33,33%	21,05%	0,00%	32,14%	21,63%
	<b>Média</b>	51,60%	50,81%	47,37%	49,45%	49,81%

Tabela 7 - Dimensão IV - Informações Contábeis x Informações Fiscais

Nenhum município obteve uma média igual ou superior a 80% para essa dimensão, e os destaques positivos foram os municípios de Ivatuba, Flórida, Nova Esperança e Doutor Camargo, com média superior a 70% nos quatro anos divulgados. Por outro lado, 12 municípios obtiveram uma média inferior a 50% dos critérios referentes a essa correlação entre informações contábeis e fiscais.

Analisando as variações nos anos analisados, percebe-se que os municípios de Ivatuba, Astorga e Iguaraçu obtiveram aumentos nos seus desempenhos no que se refere a dimensão IV em todos os anos da pesquisa. Cabe ressaltar que o município de Iguaraçu saiu de 0,0% de desempenho em 2019 e 2020 para 57,14% em 2022. Entretanto, o município de Atalaia que apresentou o desempenho de 91,67% em 2019, caiu para 0,0% em 2021 e 2022.

Com relação às dimensões analisadas, a de maior resultado diz respeito à gestão da informação, observada pela dimensão I. Em seguida a dimensão II, representada pelas informações contábeis. A terceira de melhor resultado refere-se às informações fiscais, conforme a dimensão III. Por fim, a dimensão de menor média foi a IV, que correlaciona as informações contábeis e as informações fiscais.

A Tabela 8 faz uma comparação final do desempenho dos municípios da Região Metropolitana de Maringá no *ranking*, sendo que o município de maior desempenho no *ranking* foi Maringá, com uma média de 84,05% nos quatro anos observados. Por outro lado, Iguaraçu foi o de pior desempenho, mesmo com uma evolução a cada ano. Isso mostra a importância de se divulgar informações contábeis e fiscais com qualidade e regularidade. Diferentemente do estudo realizado por Brigido (2023), de forma geral, os municípios pioraram o seu desempenho no

*ranking* ao longo do período de análise, obtendo uma média de 69,94% no primeiro ano, 68,03% no segundo ano, 67,16% no terceiro ano e 64,93% no último ano.

Classificação	Município	2019	2020	2021	2022	Média
1	Maringá	74,60%	88,70%	85,40%	87,50%	84,05%
2	Ivatuba	73,60%	79,20%	87,60%	90,00%	82,60%
3	Nova Esperança	77,60%	80,20%	91,70%	77,10%	81,65%
4	Doutor Camargo	76,30%	81,80%	77,30%	85,10%	80,13%
5	Mandaguari	77,60%	85,00%	78,40%	78,60%	79,90%
6	Astorga	70,80%	79,40%	83,40%	84,90%	79,63%
7	Cambira	80,80%	79,00%	70,30%	86,10%	79,05%
8	Itambé	76,30%	80,30%	73,10%	81,90%	77,90%
9	Ângulo	73,30%	81,10%	59,00%	85,80%	74,80%
10	Floraí	72,60%	75,90%	78,90%	69,40%	74,20%
11	Flórida	86,60%	86,20%	34,60%	88,20%	73,90%
12	Paíandu	68,30%	68,20%	72,50%	81,60%	72,65%
13	Ourizona	71,00%	78,30%	73,80%	61,50%	71,15%
14	Atalaia	85,00%	80,30%	56,20%	49,40%	67,73%
15	Floresta	80,80%	87,10%	81,30%	14,10%	65,83%
16	Sarandi	57,60%	57,90%	74,80%	67,30%	64,40%
17	Jandaia do Sul	85,10%	30,30%	76,20%	61,00%	63,15%
18	Bom Sucesso	73,00%	59,10%	63,20%	56,50%	62,95%
19	Munhoz de Melo	80,00%	68,40%	62,60%	36,20%	61,80%
20	Lobato	73,00%	56,60%	81,40%	21,90%	58,23%
21	Marialva	69,10%	11,60%	74,90%	70,80%	56,60%
22	Santa Fé	71,60%	66,00%	68,30%	13,80%	54,93%
23	Mandaguaçu	66,30%	73,90%	26,10%	51,40%	54,43%
24	Presidente Castelo Branco	70,00%	62,70%	28,90%	46,10%	51,93%
25	São Jorge do Ivaí	26,00%	67,90%	28,20%	68,60%	47,68%
26	Iguaraçu	1,60%	3,80%	58,00%	73,50%	34,23%
	<b>Média</b>	69,94%	68,03%	67,16%	64,93%	67,52%

Tabela 8 - Média dos municípios ao longo dos quatro anos observados e a média de cada ano

Nesse sentido, o município de Iguaraçu se destacou pela evolução positiva a cada ano, ainda que a sua média seja a pior da classificação regional nos quatro anos. Apesar dos municípios Ivatuba e Astorga estarem bem colocados na média geral do *raking*, percebe-se que seus desempenhos aumentam com o passar dos anos. Por outro lado, os municípios de Munhoz de Melo e Atalaia decresceram o nível informacional a cada ano. Observa-se que as melhores médias foram obtidas por municípios que mantiveram um bom desempenho nos quesitos avaliados pelo *ranking* no que tange a qualidade da informação contábil e fiscal. Verifica-se também que as oscilações entre os anos apresentadas por alguns municípios prejudicaram a sua classificação no *ranking*, como o município de Floresta, que o desempenho no último ano foi de apenas 14,10%, diminuindo o seu desempenho na classificação final, mesmo com um desempenho acima dos 80% nos três anos anteriores.

O presente estudo corrobora com os estudos de Pereira *et al.* (2022) e Brígido (2023), em que o porte populacional não tem correlação com a qualidade da informação. O município que apresentou a maior qualidade da informação contábil e fiscal no estudo foi Maringá, o mais populoso, com 409.657 habitantes no último censo (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2022). No entanto, Sarandi é o segundo município de maior porte da região, com 118.455 habitantes no censo supracitado e foi apenas o 16º melhor ranqueado referente ao estudo realizado (IBGE, 2022).

Diferentemente da análise geral disponibilizada pelo STN, em que os entes públicos melhoraram a qualidade da informação contábil e fiscal, os resultados desta pesquisa mostram que os municípios da Região Metropolitana de Maringá não foram de encontro à essa tendência e pioraram o seu desempenho ao longo dos anos, o que indica, de acordo com a Teoria da Agência, que os gestores locais não estão colaborando para a melhoria da relação de agência, gerando conflitos e assimetria informacional. Desta forma, esforços devem ser empreendidos

pelos gestores públicos para que haja uma melhoria na qualidade e na transparência da informação contábil e fiscal, contribuindo para a redução da assimetria informacional e proporcionando o exercício do controle social.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Teoria da Agência pode ser aplicada também no setor público, tendo em vista que existe a relação entre agente e o principal, representado na figura da administração pública e a sociedade respectivamente. A assimetria informacional é reduzida pela transparência (Gomes & Da Silva, 2022), isto é, pela divulgação de informações com qualidade e fundamentais, que no caso da contabilidade pública, pelas informações contábeis e fiscais pelos entes da federação, municípios, estados e Distrito Federal. Nota-se que esforços vêm sendo realizados nesse sentido, como o *Ranking* da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal, disponibilizado pela STN, e o Radar da Transparência Pública, divulgado pelo Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso (TCE-MT), em que o cidadão tem acesso a ferramentas que mostram dados divulgados pelos entes públicos. Ademais, portais da transparência de municípios e estados também estão disponíveis ao cidadão, geralmente em abas específicas nos endereços eletrônicos de cada prefeitura e governo do estado, possibilitando o exercício do controle social.

Dessa forma, o presente estudo teve como objetivo investigar a qualidade da informação contábil e fiscal dos 26 municípios da Região Metropolitana de Maringá, tendo por base para a consecução deste estudo o *ranking* disponibilizado pela STN nos últimos quatro anos. Esse *ranking* consiste em uma ferramenta que permite ao cidadão acompanhar a qualidade das informações contábeis e fiscais de municípios, estados e capitais de uma forma objetiva com dados e explicações acerca dos componentes avaliados nas análises realizadas.

A pesquisa foi realizada em quatro dimensões de análise e resultou nos seguintes achados: a dimensão I foi a de maior desempenho pelos municípios e refere-se a Gestão da Informação, tendo como destaque Maringá, com 92,31% de acertos. Já o de menor desempenho foi Iguaraçu, com 37,22% de acertos; já a dimensão II foi a de segundo maior desempenho e refere-se às Informações Contábeis. Doutor Camargo foi o município de maior desempenho, com 88,83% de acertos. Por outro lado, São Jorge do Ivaí teve o menor desempenho, com 35,78% de acertos; com relação à dimensão III obteve-se o terceiro maior desempenho pelos municípios e refere-se às Informações Fiscais. Maringá obteve o maior desempenho, com 83,34% de acertos. Por outro lado, Iguaraçu obteve o menor desempenho, com 36,67% de acertos; por fim, a dimensão IV foi a de menor desempenho e refere-se à correlação entre as Informações Contábeis e Fiscais. Ivatuba foi o município de maior desempenho, com 78,59% de acertos, ao passo que Presidente Castelo Branco foi o de menor desempenho, com 21,63% de acertos.

Adicionalmente foi realizada uma análise geral referente ao desempenho dos municípios da Região Metropolitana de Maringá durante os quatro anos analisados, e o município de Maringá obteve o maior desempenho geral, com uma média de 84,05% de acertos. Já Iguaraçu foi o município de menor desempenho geral, com uma média de 34,23% de acertos, contudo se destacou pela evolução positiva a cada ano, ainda que tenha a menor média regional. Ressalta-se que os municípios de Munhoz de Melo e Atalaia decresceram o nível informacional a cada ano, o que corrobora com a visão geral do estudo, na qual se constatou que as médias diminuíram a cada ano divulgado.

Ressalta-se a importância de os municípios melhorarem a divulgação das informações referentes às quatro dimensões da informação contábil e fiscal, assim como manterem um padrão elevado de divulgação dessas informações, pois uma pontuação ruim obtida em um ano abaixa a média do município para aquela dimensão, o que prejudica a sua classificação referente aos quatro anos do *ranking*. Ademais, a divulgação de tais informações atendem ao princípio constitucional da publicidade, e consoante a LRF também a transparência na gestão fiscal. Sendo assim, entende-se que um maior empenho dos entes públicos na divulgação destas informações demonstra seu comprometimento com a legislação e respeito à sociedade.

A limitação da pesquisa está relacionada à confiabilidade dos dados, tendo em vista que o *ranking* foi desenvolvido recentemente, e a cada ano aumentaram-se o número de verificações, que por um lado contribuiu para o aprimoramento das análises, por outro lado a comparação entre os anos ficou prejudicada.

Finalizando, os resultados desta pesquisa contribuem para o avanço na literatura no que diz respeito à evidenciação da qualidade da informação contábil e fiscal. Com a plena e adequada divulgação dessas informações torna-se possível o exercício do controle social pela população, tendo a sociedade como participante na administração pública local, acompanhando e fiscalizando as ações dos agentes públicos, reduzindo assim os conflitos da agência. Nesse sentido, entende-se que pesquisas nessa perspectiva são importantes para evidenciar como tem sido conduzido pelos municípios este processo, cabe então salientar que mais estudos sejam realizados abordando esta temática e jogando luz sobre a questão. Novos objetos de estudos, pesquisas qualitativas, estudos comparativos, são oportunos de serem realizados para que mais evidências sejam produzidas e divulgadas sobre a qualidade da informação divulgada.

## REFERÊNCIAS

- Brasil (1964). Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Presidência da República. Recuperado de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14320.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm). Acesso em 15 nov. 2023.
- Brasil (2000). Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Presidência da República. Recuperado de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm). Acesso em 18 nov. 2023.
- Brasil (2011). Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Presidência da República. Recuperado de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm). Acesso em 12 nov. 2023.
- Brigido, J. S. (2023). Análises do ranking da qualidade da informação contábil e fiscal no SICONFI dos municípios da região metropolitana de Natal-RN (2019-2021) (Bachelor's thesis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte).
- Calazans, A. T. S. (2008). Qualidade da informação: conceitos e aplicações. *Transformação*, 20, 29-45.
- Carvalho, D. (2010). Orçamento e contabilidade pública: teoria, prática e mais de 800 exercícios. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Coelho, C. M. P., Niyama, J. K., & Rodrigues, J. M. (2011). Análise da qualidade da informação contábil frente à implementação dos IFRS: uma pesquisa baseada nos periódicos internacionais (1999 a 2010). *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 6(2).
- Conselho Federal de Contabilidade (2008). Resolução CFC nº 1.128/08. Aprova a NBC T 16.1 - Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação.
- Conselho Federal de Contabilidade (2016). NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016. Aprova a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em 12 nov. 2023.
- Creswell, J. W. (2010). Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed.
- Gil, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas.

- Gomes, N. C., & da Silva, M. C. (2022). Análise dos Fatores Explicativos do Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal. *Journal of Globalization, Competitiveness and Governability*, 16(3).
- Hendriksen, E. S. & Van Breda, M. F. (1997). *Teoria da Contabilidade*. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). Cidades e Estados do Brasil. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 10 nov. 2023.
- Iudícibus, S. D. (2021). *Teoria da Contabilidade*. 12. ed. São Paulo: Atlas.
- Lei Complementar n. 83, de 17 de julho de 1998. (1998). Institui a Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos Municípios que especifica.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos da Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Martins, V. A., Da-Silva, W. V., De-Melo, R. A., Marchetti, R. Z., & Da-Veiga, C. P. (2016). Teoria de agência aplicada no setor público. *Revista Espacios*, 37(35), 16373501-16373530.
- Martins, V. A., Jeremias Junior, J. J., & Enciso, L. F. (2018). Conflitos de agência, Governança Corporativa e o serviço público brasileiro: um ensaio teórico. *Iberoamerican Journal of Corporate Governance*, 5(1).
- Pereira, R. M., Andrade, L. M. N., Lovo, O. A., Dal Magro, E. D. F., & Loose, C. E. (2022). Qualidade da informação contábil e fiscal governamental: um extrato de Rondônia. *Research, Society and Development*, 11(4), e11511427197-e11511427197.
- Pinto, D. W., Kozikowski, H. P., Pillati, J. J., Chelski, W., & Samaha, M. J. (2014). Teoria da agência e o controle social da gestão pública. *Revista Organização Sistêmica*, 5(3), 100-109.
- Prodanov, C. C., & De Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale.
- Reis, E. A. & Reis I. A. (2002) Análise Descritiva de Dados. Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG.
- Secretaria do Tesouro Nacional (2022). *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público*. 9 ed. Brasília: Ministério da Fazenda.
- Secretaria do Tesouro Nacional (2023). Ranking da qualidade da informação contábil e fiscal no Siconfi. Recuperado de <https://ranking-municipios.tesouro.gov.br/>. Acesso em 12 nov. 2023.
- Souza, T. A. M. D. (2023). *Transparência e qualidade da informação contábil: um estudo nos municípios brasileiros*.
- Valente, N. T. Z., & Fujino, A. (2012). Características qualitativas da informação contábil e os atributos e dimensões de qualidade na Ciência da Informação. In: CONGRESSO ANPCONT (Vol. 6).